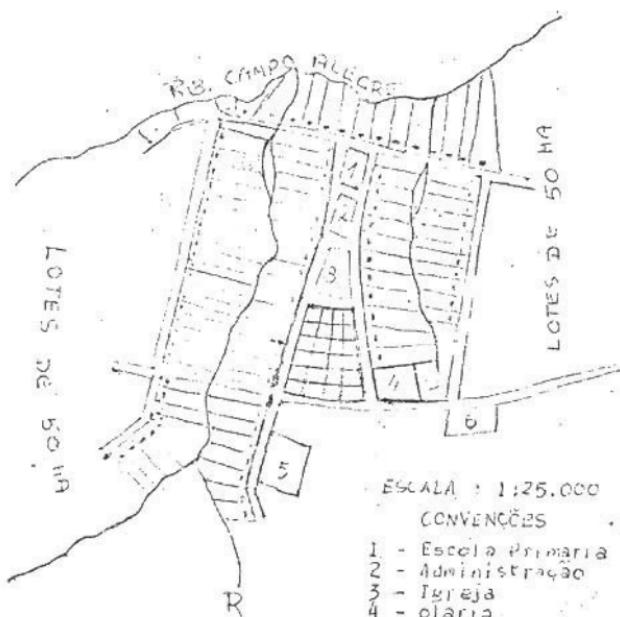


NUCLEO COLONIAL TIPO "ALDEIA", 100 FAMILIAS

Fig. 20 - Croquis de uma aldeia agrícola, tal como foi idealizada para Itaberai.



Fig. 20-A - Parteira n: entrada das terras da operativa.



Nota A área abaixo de nº 3 é reservada para loteamento urbano futuro.

Ve-se aqui o loteamento da ALDEIA AGRICOLA CENTRAL para 100 famílias com lotes de 2,5 Hectares nos quais residem os colonos e promovem horticultura, fruticultura e criação de pequenos animais domésticos.

os adultos desacompanhados de familiares, e associados da Cooperativa que estavam ligados aos casais por laços de parentesco ou de amizade e que também se dirigiram para Itáberaí, abandonando a Cooperativa pouco tempo depois.

Na hipótese de que as 61 famílias tivessem permanecido na referida área, com a falta de assistência por parte dos órgãos competentes, que se constatou no decorrer da história da Cooperativa, as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes teriam sido muito maiores ainda. A comprar pela terra disponível, que dos 40 a 50 alqueires "típicos" disponibilizadas, de 8,13 alqueires por família, em terra de má qualidade, sem condições de comprar os corretorres de solo necessários (adubos orgânicos, nitrogenados e outros) sem alimentação, enfim, sem assistência de qualquer espécie.

Se algumas famílias conseguiram sobreviver até 1950 naquelas terras, foi evidentemente porque com a saída das outras, sobraram terras. Quando a propriedade de uma dessas famílias que abandonou a Cooperativa era melhor que a dos que ficaram, faziam a troca simplesmente ou então procuravam adquiri-las e anexá-las às suas, se dispunham de meios para isso.

A falta de recursos para sobrevivência no meio rural frustrou qualquer possibilidade de criação de um núcleo populacional, seja sob a forma de aldeia agrícola, seja em forma de cidade, como Blumenau.

As primeiras famílias foram logo para as terras da Cooperativa e acamaram, inicialmente, em cunhôs casas já existentes. Faziam simples barracões, de dois ou 3 cômodos cada. E se cada barracão se alojava três ou quatro famílias. Dormiam todos juntos, no chão forrado de sacos cheios de capim, e também na cama úna para duas a três famílias, improvisada sobre a literatura fixa de duas policas, coberto com sacos de rameiras de capim. Cada círculo que ia chegando solucionava o problema de moradia e de local para dormir, do modo mais prático para eles, no momento. Depois que as casas já existentes foram ocupadas, as outras famílias, que chegavam em seguida, ficavam uns dias no Colégio. Os homens diariamente, iam às terras da Cooperativa e voltavam. Lá improvisavam um grande rancho cawayá de shikiás até dez famílias. Dispunham de três retros quadrados por família. Ficavam os paredes de taipa e a cobertura de palha. Quando o rancho ficou pronto, levaram as famílias. Outras famílias, vorén, foram para lá sem ter onde dormir. Pudo entrevistar uma delas. Chegaram nas terras da Cooperativa e, como não havia mais espaço nas casas e ranchos, limparam bem um chiqueiro abandonado, contíguo a uma das casas que já existiam na área destinada à Cooperativa, forraram o chão com um tapete, e ali passaram as primeiras noites, até levantarem um rancho para elas. Tudo foi improvisado, e serviam-se apenas do que encontravam à disposição, no local. Só mais tarde é que puderam produzir adobos e depois tijolos e telhas, colocando em funcionamento uma olaria existente naquelas terras.

Para chegar às terras da Cooperativa, a partir da estrada velha, havia apenas uma picada. Chegava-se lá a pé ou a cavalo. Para facilitar a comunicação, a primeira atividade su-

gerida pela diretoria da Cooperativa foi melhorar a abertura de estrada onde havia a picada, para permitir a passagem de veículos com mais facilidade. Algumas famílias, entretanto, preocupadas com a precariedade de condições em que se encontravam alojadas, preferiram começar a construção de suas casas definitivas. Os homens então se dividiram: os que concordaram em trabalhar primeiro na estrada, foram fazer a estrada. Outros, em menor número, partiram para construir sua casa em primeiro lugar. As casas de cada família, já feitas em lotes definitivos eram construídas de adobe e, totalmente cobertas de palhas. Depois fabricaram tijolos e telhas na oficina em número suficiente para cobrir todas as casas. Ao construiram suas casas, procuraram se adaptar ao tipo de construção que encontravam nas vizinhanças, feitas pelos Brasileiros, mas por outro lado não deixaram de manter alguns costumes próprios de seus países de origem.

Na Fig. 22 vê-se um dos ranchos improvisados pelos imigrantes logo que chegaram à Cooperativa, de aspecto extremamente rudimentar.

Na Fig. 23, pode-se observar:

- a casa apoiada em pedras, que a elevam a uns 40 a 50 centímetros do solo, evitando, entre outros, o problema da umidade excessiva no tempo das chuvas;
- as vigas de madeira sobre as pedras do alicerce;
- a parte superior das paredes que vão até a cumieira é feita com tábuas e não com tijolos ou adobos, como os brasileiros. Ela possui um orifício que facilita a saída do ar quente;
- na janela observa-se a cortina. Nas casas mais rudimentares, antes mesmo de terem a janela propriamente dita.



Fig. 22

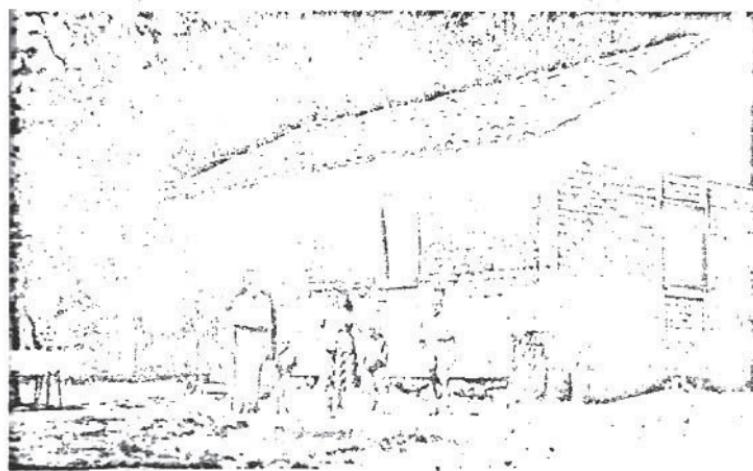


Fig. 23

mente dita, feita de madeira e abrindo-se à sementação de uma porta, quando havia apenas o buraco retangular aberto na parede, já colocavam cortinas.

No Fig. 24 há um outro detalhe interessante: enquanto os brasileiros utilizavam-se do chamado "chão batido" ou "terra batida", no interior das casas, alguns imigrantes adotaram um método diferente: preparavam uma massa argilosa bem fina, e cobriam todo o piso da casa com esta massa. Quando ela estavam quase seca, molhavam-na novamente e tornavam a lisíssima, impedindo dessa forma o amarecimento de rachaduras e trincas. Pode entrevistar a senhora que aparece na foto. Dizela que o chão fica como se fosse de cerâmica, bem liso e limpo. A panela de ferro desta foto é originária da Alemanha.

O nosso chão batido dos brasileiros era utilizado pelos poloneses das regiões mais nobres, na zona rural. O que se vê nesta foto é mais comum da Ucrânia, também no meio rural. Os que tinham um pouco mais de condições financeiras faziam o piso da casa com tábuas, tanto na Ucrânia como na Polônia.

Ao lado das casas, abriram cisternas, e de todas estas atividades participavam marido, mulher e filhos mais crescidos.

Já nos primeiros meses começaram a construir a casa definitiva. Cada família fez a sua, tendo, às vezes, a colaboração de um ou outro imigrante com mais experiência naquele tipo de trabalho.

Ao terminarem de levantar todas elas, havia casas muito bem feitas e resistentes. Alguns dos imigrantes passaram a ser chamados a trabalhar como mestres de obra e marceneiros por brasileiros de Itatiaia e vizinhanças, tal a qualidade de seu trabalho em comparação com a dos pedreiros e marceneiros

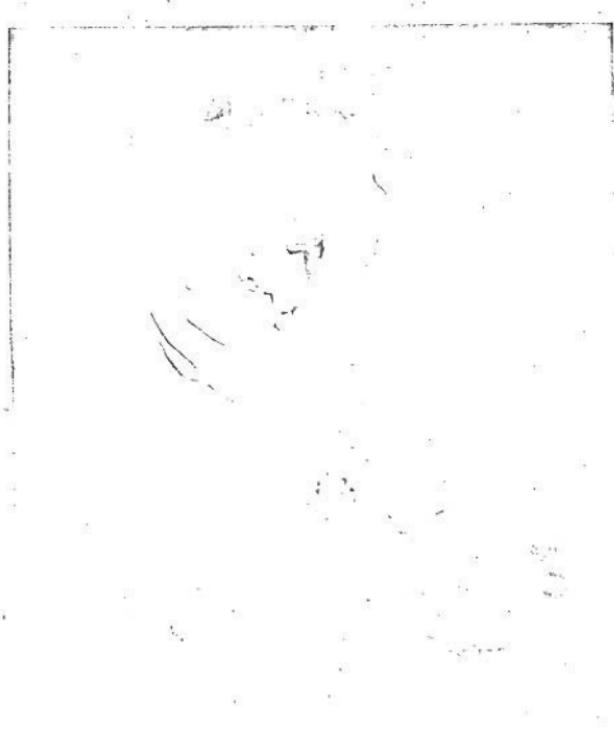


Fig. 24

da região, como narraram alguns brasileiros nas entrevistas.

Na fábrica da Cooperativa havia uma antiga olaria, que os imigrantes reabriram novamente em atividade, logo ao chegar. Fizeram uma máquina para misturar o barro. Nos primeiros tempos, quando ainda não existia essa máquina, misturavam o barro com os pés. Prepararam também um forno para queimar as telhas e os tijolos. Enquanto não tinham forno, faziam adobos, e as casas eram de alho e palha. Terminado o forno em 2 de agosto de 1949, trabalhavam dia e noite, sendo que, à noite, um só homem vigiava o forno para manter a mesma temperatura, não permitindo que o resfriasse por falta de lenha. A capacidade do forno era para 1.000 telhas ou 5.000 tijolos, por dia. (30) As coberturas primitivas (de palha) das casas não resistiram ao período de chuvas da região, então decidiram acelerar a fabricação de telhas. Eram de 6 a 10 pessoas fazendo as telhas com barro. Durante o dia colocavam e retiravam as telhas no forno e durante a noite passavam todo o tempo queimando as telhas. Somente quando passaram para a queima dos tijolos é que não houve mais necessidade de vigiar a temperatura do forno: podiam dormir sossegadamente.

No relatório do presidente da Cooperativa, referente ao período de 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1950 ele declara que, durante a noite, ficava sempre alguém vigiando o forno. Ele mesmo passou mais de 40 noites executando essa tarefa.

Segundo documento da Cooperativa, feito a 1.08.1949, a olaria, já com dois fornos em funcionamento, produziu cerca

(30) Cópia da carta dos dirigentes da Cooperativa ao Sr. Luís Sampaio Neto, em 01.08.1949.

de 12.000 telhas coloniais e 15.000 tijolos por semana. (31)

Durante todo esse período inicial, estavam os DPs, em fase de adaptação à alimentação, ao clima, e também nos hábitos, costumes e língua daqui. Sendo provenientes de regiões temperadas, onde o inverno se caracteriza por temperaturas muito baixas, não estavam habituados ao nosso clima tropical. Na Ilha das Flores, na Fazenda dos Imigrantes e no Colégio Inaculado Coração de Maria em Itaberaí, bem em tal feito, tinham sempre o alimento necessário. Chegando às terras da Cooperativa, além das condições precárias das primeiras habitações e do clima quente, passaram por um duro período, em que a única fonte de alimento existente era uma plantação de mandioca que já encontraram nas terras recentemente adquiridas. Todo o resto devia ser comprado em Itaberaí. Não só a distância era grande, 16 Km, como também não dispunham de dinheiro suficiente, nem de qualquer meio de transporte. Essa distância devia ser percorrida a pé, debaixo de calor ou de chuva. Havia apenas um ônibus, de manhã, que vinha de Goiás para Colônica, passando por Itaberaí. À noite passava outro, em sentido contrário. Mas servia apenas para cobrir os cinco quilômetros da estrada principal. Os outros 13 Km, partindo da estrada para a Cooperativa, de qualquer forma, tinham que ser feitos a pé.

Chegando a Itaberaí, não havia ninguém que lhes pudesse servir de intérprete, para fazer as compras. Quando podiam compravam alimentos. Mas não sabiam pedi-los ao vendedor, nem explicar-lhe o que desejavam. O problema maior era a alimentação das crianças, pois não havia leite de espécie alguma. Procuraram logo entrar em contato com fazendeiros vizinhos,

(31) Cópia do documento datilografado em papel timbrado da Cooperativa, intitulado: Alguns dados importantes, p. 02.

que lhes vendiam o leite. (32) Estabelecidos os primeiros contatos, surgiram as primeiras trocas. Não dispõendo de Cinchiciro, mas possuindo objetos que não eram de primeira necessidade, tais como rádios, relógios, agasalhos muito quentes, binóculos, etc. propunham trocas.

O primeiro casal a possuir uma vaca na Cooperativa, havia trocado um relógio à prova d'água por uma vaca e uma égua. (33)

Na troca de um rádio, outra família conseguiu uma vaca, uma égua e dois porcos. (34).

A medida que conseguiam efetuar esse tipo de trocas, iam melhorando, embora lentamente, a alimentação do grupo. O leite, que não existia nos primeiros meses, já começou a fazer parte da alimentação das crianças. Pouco depois, as primeiras hortaliças já estavam produzindo. Enquanto isso, o elemento básico da alimentação continuava sendo a mandioca, preparada das mais diferentes formas, que eles mesmos inventavam; o que mais usavam era "placck z manioki" (uma espécie de bolo frito). Até o pão, alimento indispensável nas refeições dos imigrantes, era improvisado com uma mistura de farinha de mandioca, farinha de milho e farinha de arroz, feita com a quirela (arroz quebrado) e fermento.

Para cozinhar, na falta de fogão, colocavam as panelas sobre pedras ou tijolos e acendiam o fogo em gravetos. Alguns compraram, posteriormente uma chapa de ferro que colocavam sobre as pedras ou tijolos, ficando as panelas sobre a

(32) Dado obtido e confirmado em cinco entrevistas.

(33) Dado de entrevista.

(34) Entrevista com o Sr. S.D.

chapa, (35) Os fogões só foram feitos por ocasião da construção das casas definitivas.

Quanto ao forno para assar pães, bolos etc., obtive três entrevistas duas informações diferentes: duas famílias disseram que logo nos primeiros dias em que chegaram, queriam assar o pão. Não dispunha de forno, abriram um suruje (cupinzeiro) e improvisaram nele o primeiro forno. Outras pessoas entrevistadas esclareceram, ainda, que o barro dos cupinzeiros era reduzido a pó e com ele preparavam a massa que revestia os primeiros fornos caseiros. Sendo este um barro muito fino e de boa qualidade, prestava-se mais à este revestimento que o barro encontrado na oficina da Cooperativa.

Ainda em 1949, um comerciante de Itaberaí abriu uma casa de secos e molhados na Cooperativa. Chamava-se Júlio do Esfrito Santo. Como no primeiro ano houve uma verba para alimentação, proveniente do Conselho de Imigração e Colonização, correu tudo bem para o comerciante. No ano seguinte, que dizen ter sido o mais difícil, não veio mais ajuda alguma. Os imigrantes só podiam comprar a crédito. O dono da casa de comércio logo fechou as portas de sua casa comercial e regressou a Itaberaí. Novamente voltaram à situação inicial, em que todas as compras deviam ser feitas nessa cidade. Os produtos a vendidos, eram quase todos provenientes de Goiânia. Já chegavam em Itaberaí por preço mais alto, e na Cooperativa eram mais altos ainda.

Já por causa dessa grande diferença de preço dos produtos de primeira necessidade, o presidente da Cooperativa em 1949 adquiriu um caminhão, que serviria para transportar mercadorias da Cooperativa que, por acaso, desejasse vender em

Itaberaí ou Goiânia, e principalmente para que os associados não se vissem na necessidade de fizer as compras em Itaberaí, onde eram muito explorados. A chegada desse caminhão provocou forte reação por parte dos comerciantes e dos políticos locais. Com ele, os DPs haviam dado um grande passo de independência econômica e social. Esse caminhão servia também para transportar as pessoas doentes. Ia para Goiânia quase sempre fretado (transmitindo cargo da Cooperativa ou de Itaberaí para Goiânia) e voltava trazendo as compras da Cooperativa. A pressão por parte das pessoas de Itaberaí foi aumentando. Um dia, o caminhão veio para Goiânia, e nesta capital ele foi tomado dos imigrantes. Nas entrevistas só souberam dizer que foi "o governo" que tomou. E até hoje não se sabe onde nem com quem ficou esse caminhão.

Os associados da Cooperativa aborreceram-se muito com o fato. A primeira parcela de pagamento do caminhão, (entrada) havia sido paga com dinheiro deles, e já haviam elaborado um plano através do qual as demais prestações seriam amortizadas com a colaboração de todos. Nunca ninguém lhes deu qualquer satisfação a respeito do caso. Não há, também, qualquer documento comprovando o problema. (36)

Tiveram que se contentar com o uso de carroças, limitando o percurso apenas às cidades de Itaberaí e Goiás, centros urbanos bem menores, onde os produtos custavam sempre mais caro.

A carroça que utilizavam na Europa, de modo especial na Polônia, era feita de quatro rodas e puxada por parelhas de cavalos. Aqui fizeram carroça semelhante (Fig. 25), que era

(36) Todas as informações referentes ao caminhão foram obtidas exclusivamente com base nas entrevistas. Como todos os entrevistados confirmam a existência do mesmo e seu desaparecimento, é evidente a veracidade do fato.



Fig. 25 - Carroça feita pelos imigrantes, segundo costumes europeus. Era chamada, nas redondezas, de carroça dos poloneses.

alvo de críticas e risos por parte dos goianos que só conheciam e utilizavam a carroça de duas rodas, puxada por um só cavalo. Não só em Itaberaí, como em municípios vizinhos (em Goiás, por exemplo) comentava-se o "modelo" da "carroça dos poloneses". (37)

No final do primeiro ano, o resultado da colheita por família foi o seguinte, em média:

arroz - 10 sacos

milho - 25 sacos

feijão - 22 sacos (38)

A colheita desse primeiro ano foi muito fraca. Ficaram com o necessário para a alimentação, e o restante foi vendido.

Para comercialização do arroz, um problema sério era o custo do saco. Afirmaram nas entrevistas que o preço do saco era grande em proporção ao do arroz que, na época, valia muito pouco. (39)

Como não dispunham nem de local nem de condições econômicas para armazenar o arroz e vendê-lo na entressafra, ven-

(37) A expressão "carroça dos poloneses" confirma o fato de que aqueles imigrantes eram todos conhecidos como poloneses.

(38) Dados constantes no Relatório do primeiro ano de funcionamento da Cooperativa, elaborado em 26.06.1950 pelo Sr. Erich Brenner.

(39) Pelo que se recordam, os preços eram os seguintes:

- saco de arroz aproximadamente com 63 Kg era vendido na Cooperativa por Cr\$ 45,00;
- saco de arroz de peso igual vendido em Itaberaí por Cr\$ 50,00.

Quando o lavrador já tinha comprador certo, este comprador fornecia os sacos vazios e recebia-os cheios, pagando então Cr\$ 46,00 na Cooperativa, e Cr\$ 45,00 em Itaberaí. Um saco de feijão era vendido por Cr\$ 50,00 na Cooperativa e Cr\$ 55,00 em Itaberaí.

Um saco de milho custava de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 30,00 cruzeiros. O saco vazio custava Cr\$ 5,00.

diminui a produção logo após a colheita, quando os preços são mais baixos.

Esse ano, de maio/49 a maio/50, foi para os imigrantes muito desanimador. Pelo menos sete famílias abandonaram a Cooperativa depois da safra, sem contar as que deixaram a Cooperativa no decorrer do ano, ou seja, antes do final da safra.

Nesse primeiro ano, os imigrantes recebiam uma ajuda de custos equivalente a Cr\$ 7,00 por pessoa. Quando maior a família, maior a quantia recebida. Essa decisão de ajuda alimentação dando Cr\$ 7,00 por pessoa deixou aborrecidos os casais que não tinham filhos. Enquanto estes recebiam apenas Cr\$ 14,00, famílias com cinco a seis filhos recebiam Cr\$ 49,00 e Cr\$ 56,00 respectivamente, e tinham a vantagem de contar com a colaboração de filhos e filhas maiores nos trabalhos de casa e de roça, enquanto o casal sem filhos tinha que enfrentar o mesmo trabalho que os outros recebendo muito menos.

Para que se tenha uma ideia de que representavam os Cr\$ 7,00 na época, basta lembrar que um lavrador empregado em qualquer fazenda da vizinhança recebia Cr\$ 10,00 por dia. O lavrador da Cooperativa recebia menos do que os trabalhadores dessas fazendas, e quando não tinha filhos já crescidos, não dispensava a colaboração da esposa em todo tipo de trabalho na roça.

Famílias que deram início à Cooperativa em condições quase idênticas, do ponto de vista econômico, passaram a se diferenciarumas das outras, entre outros motivos, por causa desse auxílio alimentar per capita. Enquanto as que recebiam Cr\$ 49,00 a Cr\$ 56,00 por dia podiam comprar os alimentos e outros artigos de primeira necessidade com relativa facilidade, as demais viam-se impossibilitadas de fazer o mesmo.

Contribuiu também para acentuar mais a diferença entre eles, o fato de algumas pessoas terem podido trazer um ou mais relógios de pulso, rádio, binóculo, bons agasalhos e outros objetos, cuja aquisição não era muito fácil para os brasileiros.

Quando a propriedade das famílias possuía vaca, o Sr. S.B. que havia trazido três relógios, trocou um deles por uma vaca e uma égua. Este fato fez com que ele se destacasse das demais famílias.

Caso viviam em grandes dificuldades, essas pequenas diferenças foram gerando insatisfações dentro do grupo. Os solteiros e os casais sem filhos, como já expliquei, foram os primeiros a reclamar quanto ao modo de distribuir a ajuda de Cr\$ 7,00 diárias por pessoa, para alimentação. Os mais insatisfeitos conseguiram abandonar a Cooperativa, ainda antes da 1^a safra, e continuou o esvaziamento do grupo, de forma intensa, até 1953-54. Os que permaneceram, em sua grande maioria, desejavam realmente "viver da lavoura. Em 1953, na lista nominativa dos associados da Cooperativa, havia apenas 16 famílias de imigrantes. Em 1954, continuaram essas mesmas famílias. (40)

Durante a fase da adaptação, principalmente à alimentação, ao clima e ao meio físico e natural onde passaram a viver, enfrentaram inúmeras dificuldades.

Quanto à saúde, passaram por uma triagem rigorosa, segundo declararam nas entrevistas. Primeiro, na Europa, quando se apresentaram como candidatos à emigração para o Brasil. A segunda, se realizou na Ilha das Flores, logo após o desembar-

(40) Só encontrei nos documentos da Cooperativa a lista nominativa destes dois anos: 1953 e 1954. Foram justamente dois anos em que o grupo se manteve estável, procurando uma forma de se estabelecer definitivamente naquelas terras, vivendo da agricultura.

as. Portanto, eram pessoas saudáveis e normais.

"Mas naíia conheciam a respeito do clima tropical, possíveis doenças e como tratá-las, cuidados com certos animais selvagens etc. Tiveram amargas experiências, mesmo em relação a coisas simples: "... ele foi para o hospital com muita dor na cabeça, e depois que o médico examinou tirou da cabeça muitos bichos..."; "... os dedos dos pés e calcaneares doiam muito. Fizeram compressas mas a dor não passava. Um dia, veio um lince, olhou o pé e com muita dificuldade conseguimos entender o que ele dizia. Disse que aquilo devia ser tirado com a gülha em canivete. Tiraram, e só assim os pés sararam...".

O hospital a que se referem é a Santa Casa de Goiânia, onde os imigrantes tiveram atendimento médico gratuito. (41)

Tanto o bermo como o bicho de pé - e cito apenas esses dois casos, porque foram os mais destacados nas entrevistas - não eram conhecidos pelos imigrantes, e isso poderia ter sido explicado a eles antos, ainda na Ilha das Flores, sem grandes dificuldades.

Soube, também por entrevistas, que havia um médico de Taberaí designado para atender aos associados da Cooperativa. (42) Mas apenas dois dos entrevistados mencionaram esse atendimento, e mesmo estes disseram que, quando o caso era mais grave, já iam diretamente para a Santa Casa de Goiânia.

(41) "Fomos encontrado na Santa Casa de Goiânia a maior boa vontade e atenção com os imigrantes, que já foram operados 15 pessoas com mais de 20 operações. Quase todos foram carinhosamente atendidos pelos capacitados cirurgiões drs. Orlando Machado, Sebastião Faria, Fortunato Botelho e outros, sendo que a Cooperativa fornece os medicamentos". Relatório da Cooperativa Agro-Pecuária, apresentado por Walter Salles, op. cit. p. 7.

(42) Cópia do decreto: Alguns dados importantes, p. 02.

porque quase nunca encontravam o médico em Itaberaí. (43) Além do mais, em Itaberaí não havia hospital. Apenas dois "boticários" onde só se encontravam os remédios mais simples e de maior procura: medicamentos para dor de dentes, dor de cabeça, material para curativo e outros. (44) E um Posto de Saúde, sobre o qual não encontrei qualquer informação. (45).

Em documento sobre a Cooperativa consta que "uma das casas já existentes na Fazenda Maria Alves foi arrumada, limpa e caçada para servir como maternidade provisória e posto de saúde (ambulatório). Atende o médico de Itaberaí, duas vezes por semana gratuitamente e um dos agricultores da Cooperativa que possui entendimentos de curativos, diariamente das 6,30 às 7,30 horas da manhã". (46)

A partir de junho de 1950 a Cooperativa foi atendida durante algum tempo por uma enfermeira brasileira. (47)

Segundo consta em um documento referente à Cooperativa, "Em novembro p.v., ao iniciar os trabalhos agrícolas, fui obrigado a dar assistência a inúmeros enfermos, que grande parte estavam cheios de eczemas, furúnculos, desarranjo intestinal, e ainda com os recém-nascidos. Com um pouco de trabalho, consegui amenizar parte destas enfermidades, e como era no setor fora dos meus conhecimentos, dirigi-me pessoalmente ao Sr. Secretário da Saúde, para enviar uma enfermeira para a

(43) Dado de Entrevista.

(44) Os brasileiros mais idosos, que foram entrevistados, chamavam "boticários" às farmácias de Itaberaí.

(45) Este Posto de Saúde nunca foi citado nas entrevistas. Apenas aparece no relatório de Walter Salles, op. cit., p. 07.

(46) Documento: Alguns dados importantes. Op. cit., p. 2.

Cooperativa, mas não fui atendido. Somente no início de junho consegui contratar uma enfermeira que estou remunerando com a verba da alimentação, que ainda continua. Assim rogo o obsequio a Vossa Excelência, dirigir ao Secretário da Saúde para oficializar ao chefe do Posto de Saúde de Itaberaí, para fazer uma visita semanal neste núcleo, também fazer a nomeação imediata desta enfermeira que está em funções". (48)

Esse documento deixa claro que, se realmente o médico de Itaberaí foi contratado para atender à Cooperativa, como afirmaram alguns dos entrevistados, esse atendimento, na realidade, não se efetivou.

(48) Idem, ibidem, (transcrição fiel de trecho do relatório citado).

5 - A COMUNICAÇÃO ENTRE OS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA

Os DPs., associados da Cooperativa, como se sabe, eram originários de onze países, com onze idiomas diferentes.

Como todos foram levados para a Alemanha durante a guerra, onde permaneceram no mínimo quatro anos, havendo casos de pessoas, como as que foram presas logo no primeiro ano de guerra, que viveram na Alemanha durante nove anos, o idioma alemão era conhecido por grande parte dos DPs.

É bem verdade que não havia muita comunicação entre alemães e prisioneiros de guerra. Para os que trabalhavam em fábricas havia sempre um intérprete, elemento do exército, que falava alemão e polonês, por exemplo, ou alemão e russo, e transmitia aos empregados as ordens da chefia a respeito dos trabalhos a serem executados.

Entre os que trabalhavam nas fazendas, as possibilidades de aprender alemão eram menores ainda. (49)

Mesmo assim, sempre havia alguém do grupo dos prisioneiros que sabia alemão e traduzia para os demais, e dessa forma iam aprendendo.

O fato é que, ao deixarem a Alemanha possuíam suficiente conhecimento do alemão. Se não para falar corretamente, ao menos para entender o que se dizia e se fazer entender pelos demais. Por esse motivo, nas reuniões oficiais e nos documentos, o idioma usado era o alemão. Mas entre os associados pre-

(49) Nos primeiros anos de guerra, estes prisioneiros viviam em alojamentos especiais. Estes alojamentos eram vigiados por elementos do exército que se ocupavam, entre outras coisas, de levar para as fazendas e trazer de volta, diariamente, o grupo de trabalhadores de cada fazenda. Não era permitido qualquer contato com os alemães no percurso, nem no trabalho. Voltando das fazendas não podiam ir sair dali. O isolamento era quase total.

dominava o polonês. Não só porque os poloneses constituem maioria, mas também porque os volksdeutsch, os russos e bielo-russos, que se refugiaram(50) desde o fim da guerra até começar a emigração, nos campos de DP's, poloneses, aprenderam relativamente bem o polonês. Em família, cada qual falava em seu próprio idioma.

Os associados desta Cooperativa pertenciam ao grupo de línguas indo-europeias, subdividindo-se nos seguintes subgrupos:

- a) Eslavos: russos, poloneses, ucranianos, bielo-russos, iugoslavos e tchecoslovacos.
- b) Neo latino: rumenos
- c) Germânicos: alemães
- d) Uralo-altaico: húngaros e estonianos
- e) Balto-eslâmico: letos e lituanos.

O ramo linguístico eslavo predominou sobre os demais, abrangendo 65,63 dos associados da Cooperativa, no primeiro ano.

Nas entrevistas não houve qualquer referência à dificuldade de comunicação do grupo, entre si. Os maiores problemas estavam na comunicação com os brasileiros. Os rumenos devido à origem latina de sua língua, foram os que mais facilmente aprenderam o português. O português era o 12º idioma que iriam ouvir, e tornava-se imprescindível conhecê-lo, já que pretendiam viver no Brasil para sempre.

Esses obstáculos à comunicação e o desconhecimento do português dificultaram muito a elaboração deste trabalho, no

(50) Refiro-me aos ucranianos, russos e bielo-russos já citados que estavam sendo procurados para uma repatriação formada e, para evitar essa repatriação, passaram a viver nos Campos de IDPs, poloneses.

que se refere à Cooperativa propriamente dita, sua organização e funcionamento. Todas essas informações estavam, em princípio, registradas no Livro de Atas. As duas primeiras atas foram escritas em português, por brasileiros. Depois, quando os imigrantes já se encontravam instalados nas terras da Cooperativa, eles mesmos deveriam fazer as atas. Disseram, nas entrevistas efetuadas em vista da elaboração deste trabalho, que havia reuniões todos os domingos. Mas não redigiram as atas referentes às reuniões. Queriam fazê-las em português, como as primeiras, e não conseguiram. E não se decidiram a escrevê-las em polonês ou alemão. Muitos dados se perderam por causa disso. As atas que redigiram mais tarde, em português, ainda não eram suficientemente elucidativas do que se tratava nas reuniões. São incompletas e incluem frases até de sentido obscuro. Desses dados, pude recuperar apenas pequena parte porque, além da precariedade das informações escritas, não guardaram de memória os acontecimentos.

Enquanto não sabiam expressar-se em português, nada os impediu de tentarem uma comunicação com os vizinhos brasileiros. Serviam-se de sibásicas, sons onomatopeicos etc., e quase sempre alcançavam os resultados desejados.

Pode-se afirmar que foi feito um grande esforço no sentido de comunicação com os brasileiros. Como disse a Sra. D.M., "a necessidade obrigou a gente a aprender depressa português".

Houve apenas o caso de duas pessoas que não aprenderam português (homens que chegaram já perto dos 40 anos). Também não se desenvolveram economicamente, e vivem da agricultura de subsistência. Nos dois casos, as mulheres falam relativamente bem o português, e são pessoas de maior iniciativa que os maridos.

Considerei este um dado de relevância, porque um dos motivos alegados com maior insistência, durante as entrevistas com famílias que abandonaram a Cooperativa, foi o fato de terem filhos, alguns ainda pequenos e outros adolescentes que ficariam sem estudo se a família permanecesse na Cooperativa.

Não houve nenhuma só família que não se referisse à preocupação com o estudo dos filhos.

Por outro lado, falava-se, vez por outra, na escola da Cooperativa.

Haveria algum problema ou dificuldade em relação à escola da Cooperativa? Quando esta escola começou a funcionar? Até quando funcionou? Quem ministrava aula para as crianças? Poi constituição alguma escola na Cooperativa?

Sendo as famílias de entre diferentes nacionalidades, falando entre idíomas, se as crianças permanecessem só na Cooperativa poderiam aprender qualquer língua, menos a portuguesa. Havendo seus pais optado por viver no Brasil, queriam que os filhos aprendesssem bem o português, tivessem boa escola e formação profissional.

Notaram que as crianças pequenas que saíam para brincar com crianças brasileiras das vizinhanças iam aprendendo rapidamente o português. As crianças maiores, adolescentes e os adultos tinham mais dificuldades porque se ocupavam com o trabalho da roça e de casa, não dispõendo de tempo para visitas e conversas informais com os brasileiros das vizinhanças.

Logo nos primeiros meses veio para a Cooperativa, não se lembram se enviado da cidade de Itaberaí ou se da Colônia, um homem alto, magro e já idoso, de aspecto cadelvérico, trajando uma capa suja, para ser o professor. Apelidou-

resso-no, juntamente, da "professora de juremeu". Ficou nis dois a três meses e foi embora. Os indígitos constataram que esse homem não só era mala-cabeça, velha lâmina que os crimes faziam. As contas estavam erradas, e, ao corrigir a ligação, ele dizia que estavam corretas. Daí mais fom ficarão aborrecidos com isso. Não pula saber se ele resolveu deixar a escola por conta própria ou se foram os iringantes que o dispensaram. O fato é que não ficou lá nem um semestre. (51)

Início: o segundo semestre de 1949, as religiosas do Colégio Encalada Coração de Nôrte de Itaberaí levaram algumas jovens para ensinarem no Colégio Santa Clara, em Goiânia. Entre elas havia uma, D.L., natural da Rússia, é de uma região onde a maioria fala o idioma alemão. Foi lá o primário em alemão e começou a aprender o rumeno sozinho a partir do quarto ano primário. Desconhecia totalmente o português, mas o conheceu de forma fácil, este aprendizado. Ficou no Colégio Santa Clara até o final do ano. Nas férias, voltou para casa muito magra e adocentada, devido à dificuldade de adaptação ao clima e à alimentação. Durante todo o ano de 1950 ficou em casa dos pais, na Cooperativa, e em 1951 estudou no Colégio das mesmas Irmãs, em Itaberaí. Fimdo o ano de 1951, voltou novamente para a Cooperativa onde começou a lecionar.

Improvisaram uma escola no barracão que servia como depósito de milho. (Fig. 26)

Cada família pagava mensalmente uma pequena quantia para manutenção da escola e da professora. Livros e cadernos eram fornecidos pelo Colégio de Itaberaí, que os vendia a pre-

(51) Informação obtida e confirmada em diversas entrevistas.
Não há documento referente ao assunto.



Fig. 26 - Escola improvisada num paiol da Cooperativa, em Itaberai.

gos redicídos. Durante todo o tempo em que a escola existiu, houve esse fornecimento de livros e cadernos, assim como orientação sobre os melhores livros a serem adotados.

No ano de 1952 fez-se uma tentativa de que a Escola fosse reconhecida pelo Estado, havendo algumas promessas nesse sentido, e professora continuou fazendo aulas. No final do ano, durante o qual trabalhou sem nenhuma receber, foi informada de que não podia ser contratada pelo Estado como professora, por ser estrangeira.

A partir de 1953, uma pessoa, residente em Itaberá, brasileira, com ajuda do político local, passou a assinar por ela, como professora contratada pelo Estado, e assim, a professora da Cooperativa recebeu seu salário com regularidade até 1956. Em 1957, saiu definitivamente daquelas terras, mudando-se para Goiânia.

Teve que fechar a Escola porque a professora brasileira de Itaberá, que assinava por ela foi imediatamente contatar a fazê-la, e assim a Escola da Cooperativa foi fechada.

Ela dava oito horas de aulas por dia: primeiro e segundo anos pela manhã, e terceiro e quarto anos à tarde. Iniciou a escola com vinte alunos e quando deixou, em fins de 1956, havia mais de sessenta alunos.

Enquanto os vinte primeiros eram todos filhos de estrangeiros, em 1956, a maioria já era de brasileiros, muitos dos quais vinham de longe, a cavalo.

Aos sábados, havia jogos e outras brincadeiras. De modo geral, esclareceu a professora, as crianças se mostravam muito disciplinadas. As aulas foram sempre dadas em português com grande esforço, tanto por parte dela como das crianças. No início, disse a professora, teve que decorar as aulas em português. Também as crianças tinham dificuldades, pois nem entre

si falavam todas um mesmo idioma. Apesar de tudo, aprenderam o português mais depressa que os adultos. Além da facilidade natural da criança para o aprendizado de línguas diferentes, procuravam crianças brasileiras para brincar, e assim os contatos se transformavam em meio de aprendizado relativamente rápido.

Quanto à documentação da Cooperativa, a respeito da Escola para os filhos dos imigrantes, encontramos apenas o seguinte: "Ata da reunião da diretoria executiva da Cooperativa Afro-Pecuária de Itaberaí de Responsabilidade Ltda., realizada em 26 de Dezembro de 1954, às (9) nove horas da manhã.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de Dezembro de 1954 (mil novecentos e cinquenta e quatro) na sede da Cooperativa Afro-Pecuária de Itaberaí de Responsabilidade Ltda., mediante convocação do senhor Presidente realizou-se a presente, onde se debateu o problema da criação de uma escola rural ficando decidido por unanimidade de votos, que se dirigisse ao senhor Secretário do Estado de Educação um ofício solicitando a criação da dita Escola, pois nesta zona onde se encontra localizada a nossa Cooperativa existem para mais de sessenta (60) crianças em idade escolar. Foi, pelo senhor secretário, feito o ofício acima ventilado, que submetido à discussão do plenário foi aprovada sem restrição. Foi também deliberado que se procedesse à reforma do prédio da Cooperativa que se destinava àquele mister, isto é, para funcionamento de uma escola..."(52)

O prédio da Cooperativa a que se referem nesta ata, é o mesmo barracão que servia de depósito de milho e fora adaptado provisoriamente para funcionar como escola. É evidente que, apesar de permanecerem poucas famílias na Cooperativa (a-

(52) A escola já existia na época, o que eles queriam era que a escola fosse reconhecida como escola do Estado. Livro de Atas, p. 107.

penas 14 dos imigrantes assinaram a ata), continuava a preocupação com o estudo dos filhos. Quando se referem a 60 crianças, já incluem af as brasileiras que frequentavam a escola anteriormente. Em seguida, no livro de atas das reuniões da Cooperativa não há qualquer referência nem à escola, nem à resposta ao ofício enviado à Secretaria de Educação.

Resta-me ainda uma observação a fazer: os imigrantes foram para as terras da Cooperativa entre o fim de abril e começo de maio de 1950. Logo após chegou o professor, que ficou apenas uns dois a três meses; depois disso até fevereiro de 1952, data em que começou a funcionar a escola com a professora E.L. referida nesta entrevista, não havia qualquer possibilidade de as crianças estudarem, o que constituiu um verdadeiro absurdo para estas famílias. Quando foram levadas prisoneiras para a Alemanha para os diversos trabalhos, os pais, de modo especial as mães, continuavam ensinando às escondidas a seus filhos. Terminada a guerra, foram organizados os campos de DPs, por nacionalidade. Em cada campo havia escola para as crianças, também de acordo com a nacionalidade. Na Fig. 27 pode-se ver a foto de uma escola organizada em campos de DPs poloneses. Nunca permitiram que seus filhos ficassem sem estudar. Somente no Brasil é que se viram em dificuldades. Não resolvia o problema organizar escola se não contavam com um professor ou professora capaz de se expressar bem em português. O aprendizado teria que ser, forçosamente, nessa língua. E eles não tinham condições de resolver isso. Foi justamente no período de 1950 a 1952 que saiu maior número de famílias, abandonando as terras da Cooperativa, e alegando como um dos motivos de sua saída a falta de escola para os filhos.



Fig. 27 - Grupo de professores e alunos de uma escola nos Campos dos DPs. poloneses.

7 - VIDA RELIGIOSA NA COOPERATIVA

Segundo informaram os ex-associados, cada família, de modo especial a mãe, procurava transmitir aos filhos sua religião.

Raramente havia celebrações por falta de ministro, fosse ele padre ou papa, que falasse o alemão ou o polonês.

Os imigrantes, de modo geral, não se recordam com clareza da presença desses ministros, e do número de vezes que foram até a Cooperativa. Dizem que nos três primeiros anos houve poucas missas. Lembram-se de um padre, vindo do Paraná, que celebrou pelo menos duas vezes, em polonês; de Mons. Pedro Verdijk, holandês, de Goiás, que celebrou também duas vezes, em alemão. As outras vezes, as missas eram celebradas em português, pelos padres que ocupavam o cargo de vigário em Itaberaí. Como estes não sabiam nem alemão nem polonês, houve dificuldade de relacionamento entre imigrantes e vigários.

Procurei no Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Abadia, de Itaberaí, referências aos imigrantes. Há muito pouco escrito sobre eles. A primeira nota é a seguinte:

"Hoje, 17.7.1949, por desejo expresso de S. Excel. o Sr. Arcebispo Dom Emanuel, fiz visita à colônia dos Imigrantes junto ao arroio Bugre. Encontram-se afi umas 60 famílias de Imigrantes de várias nações ou vários estados europeus. São católicos na grande maioria. Rezam o Credo e o Padre Nossa junto com o padre no Batismo. Batizei dois cidadãos brasileiros recém nascidos, o primeiro com o nome de João, outro com o de Argemiro Horsb ...". (53)

A segunda, data de 12.12.1949 apenas informa que "a

(53) Livro do Tombo da Paróquia N. Sra. D'Abadia, de Itaberaí
p. 68.

Paróquia de Itaberá conta com seis (6) capelas filiais, a saber: Genipapo, Tramari, S. Francisco (Olho d'Água), Canin Puba, São Sebastião e Colônia dos Imigrantes, sendo que estes dois últimos lugares ainda não possuem capela". (54)

Realmente, como informou o Sr. E. B. na entrevista, houve até mesmo o lançamento da pedra fundamental da capela que seria dedicada a Santo Antônio, mas nunca chegou a ser edificada. A Cooperativa era considerada "capela" por ser um ponto de reunião do povo, mas não por dispor de uma casa dedicada ao culto, no local. (Figs. 28 e 29)

A terceira, datada de 25.12.1949, menciona: "No dia 23 esteve na casa paroquial, por alguns momentos, Sua Excelência Reverendíssima o Sr. Arcebispo Dom Emanuel, que se dirigia a Goiás. Trouxe consigo o Padre Francisco Czaplak, salesiano, para às solenidades do Natal entre os patrícios da Colônia dos imigrantes poloneses. Comprovando mais uma vez a sua, já conhecida bondade e generosidade, o Sr. Arcebispo levou aos pobres imigrantes inúmeros presentes de Natal". (55) No mesmo Livro, a Cooperativa é mencionada no dia 10.4.1950:

"O Vigário foi à Cooperativa. Rezou a S. Missa, às 11 hs. À véspera veio à minha casa o Sr. Cerente para combinar. Mandei que o povo fosse avisado de minha ida. Nada se fez, nem altar aprontaram, nem o povo foi ciente. Só fiz um batizado". (56)

A referência seguinte já é de 2.4.1956. Passam-se assim, seis anos sem que nada seja registrado sobre a Cooperativa. Apenas uma frase: "Missas no colégio e na Cooperativa dos

(54) Idem, p. 69.

(55) Idem, p. 70.

(56) Idem, p. 77.



Fig. 28

Enquanto nos Campos de DP's, poloneses fizeram uma grande capela onde todo o grupo se reunia para a oração, os Itaberaí tiveram que se satisfazer com pequenos altares improvisados para as celebrações. Nunca chegaram a ter sua capela.

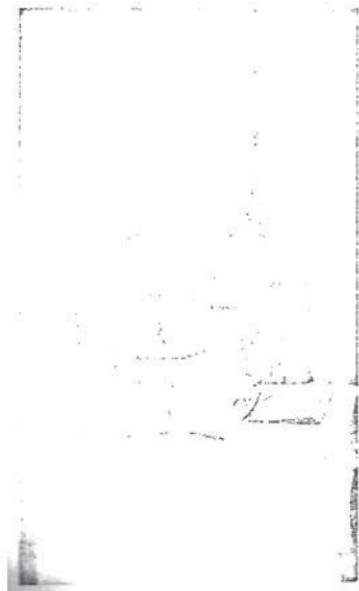


Fig. 29

Imigrantes com 24 principais comunhões de crianças". (57)

Passou-se mais seis anos. No dia 10.10.1962, outra frase informa que "Pe. Pedro foi rezar uma missa e fazer um casamento na Fazenda Coopérativa". (58) Nessa época já não existia mais a Cooperativa. Só o nome é que permaneceu.

No decorrer das entrevistas, tornou-se evidente que o fato deste pessoal ter sido desenraizado da comunidade religiosa a que pertencia, em sua terra natal, e se encontrar num ambiente estranho e desconhecido, onde o idioma falado é totalmente diferente, assim como a cultura, hábitos, etc., desestimulava-as da prática religiosa. Adotaram, então, uma atitude de aparente inércia em relação à religião. Mas acreditam em Deus e são, ainda hoje, pessoas profundamente religiosas. Essa atitude é explicável: já na Alemanha nazista a prática de qualquer religião, que não as denominações protestantes, e mais especialmente a luterana, era dificultada e em certos lugares até proibida. Portanto, estes PPs, passaram todo o período de guerra, ou seja, quase seis anos, sem assistência religiosa. E no Brasil, devido às dificuldades de comunicação encontradas, retraíram-se e sentiram-se sem estímulo para desenvolver qualquer tipo de prática religiosa. (Fig. 30)

Como narra Mons. Pedro Verdijk, que celebrou duas vezes a missa campal em alemão, na Cooperativa, ficou emocionado ao presenciar atitudes de fervor religioso e a vontade de ouvir a palavra de Deus. A grande maioria dos moradores esteve presente ao ato. Vestiam os melhores trajes que ainda pos-

(57) Idem, p. 58.

(58) Idem, p. 102v. Esta nota confirma o que eu disse no início do trabalho: a Cooperativa deixou de existir, (em 1959) mas até a data de hoje o lugar é chamado pelo povo de Itaberá de "Cooperativa". Essa referência já é datada de 10.10.1962.



Fig. 30 - Reunidos nos Campos, onde após a guerra houve assistência religiosa aos DPs., procuram manter os hábitos e tradições de seu país, ao celebrar o Natal.

suas. As mulheres traziam a cabeça coberta por lenços multicolores. Muitos choraram de alegria ao ouvir a palavra da Sagrada Escritura e poderem se confessar e celebrar.

E não foram só os católicos romanos que enfrentaram dificuldades nesse sentido. Os luteranos nunca tiveram qualquer tipo de assistência; e os ortodoxos e uniatas foram especialmente atendidos por um nome, que visitou a Cooperativa por apenas duas vezes e celebrou em russo.

Os mais prejudicados foram, catão, os luteranos e membros de outras denominações que não a católica e ortodoxa.

Habitualmente, todos os que tinham possibilidade, participavam da celebração, fosse qual fosse o ministro e a denominação do mesmo. (59)

Pode-se pois afirmar que esses imigrantes eram pessoas essencialmente religiosas, mas o isolamento, o deslocamento sofrido, a ausência de ministros e a dificuldade de comunicação feixou-os marginalizados em relação à comunidade religiosa de Itaberaí.

Nas "histórias de vida" contarão os imigrantes muitos casos interessantes, uns engraçados outros tristes, ocorridos enquanto moravam no município de Itaberá.

Dessas histórias, que por si só dariam assunto para muitas páginas, fui extraíndo elementos suficientes para permitir ao leitor a compreensão, de modo globalizante, do relacionamento dos imigrantes entre si, e entre imigrantes e brasileiros.

Já abordei o aspecto "comunicação" na Cooperativa, tratando mais especificamente do problema linguístico. Este, referente ao relacionamento social, mais amplo, supõe o linguístico e abrange, além dele, diversos outros valores que compõem o que podemos chamar de cultura de um novo.

Esse relacionamento social poderia ser considerado como a forma pela qual elementos de diferentes culturas sofreriam um "ajustamento" cultural, abrindo mão de certos valores, modificando uns, assimilando outros.

Não desejo aqui analisar esses valores. Procuro mostrar apenas o comportamento do grupo alienígena e da sociedade envolvendo face a certas situações vividas na Cooperativa por seus associados.

Usos, Costumes e Tradições

Os povos eslavos e, de modo especial, os polonescos possuem um espírito alegre, são dados a festas e folguedos po-

(60) Todo este ítem foi elaborado com base em observações pessoais, entrevistas a brasileiros que tiveram certo relacionamento com os imigrantes e os próprios imigrantes.

puiaros. Gostam de se divertir, dançam, tocam e cantam por ocasião das festas populares e das colheitas sazonais chamadas "dożynki". Tanto homens como mulheres participam do mesmo trabalho e o prazer de se divertir, para não tornar o trabalho monótono, é compartilhado por ambos os sexos. Muitas vezes fazem mutirões. Assim parece que o trabalho rende mais com menor esforço. Cantam canções apropriadas para esse tipo de trabalho, as meças enfeitam as cabeças com coroas de espigas de trigo ou outro cereal colhido naquela oportunidade entrelaçados com flores silvestres. As roupas multicoloridas completam o aspecto agradável e festivo. Os alimentos por ocasião dos "dożynki", em geral, constituem-se de pão, leite coagulado, leite fresco, queijo, sopa de legumes e refresco de frutas diversas, por exemplo: uva espin (uva do Norte), groselha, framboesa, cereja, etc.

A prática de mutirão foi experimentada também na Cooperativa durante cerca de um ano, mas afi não surtiu os mesmos efeitos da Polônia. Possivelmente pelo fato de, embora predominando os poloneses, haver numerosos elementos provenientes de outras terras, onde o mutirão não era conhecido ou praticado.

Além disso, explicam eles, para os "dożynki" existem músicas e canções próprias que os outros povos desconheciam. E mesmo que as famílias não polonesas também tivessem suas festas sazonais, elas seriam comemoradas de outra forma, com músicas diferentes das polonesas.

Assim o mutirão nunca foi feito com o mesmo entusiasmo que se tinha na Polônia. Pouco a pouco foi acabando, até se extinguir completamente. A falta de recursos econômicos foi o golpe mortal que provocou a extinção dos mutirões, visto que os mesmos exigiam a comida e bebida para os participantes e isso pesava na debilitada economia familiar.

Outro fato que desviava a atenção do associado de certas comemorações diretamente ligadas à agricultura era a presença de elementos que não se dedicavam à agricultura, no meio do grupo. Embora residindo na Cooperativa, o Sr. S.D., por exemplo, que era ferreiro e havia montado sua oficina, prestava seus serviços à comunidade, porém completamente desligado do ciclo agrícola.

Quanto aos demais usos e costumes dos imigrantes, passo a indicá-los em sequida, e ao mesmo tempo mostro a forma pela qual encontraram um tipo de adaptação desses hábitos à vida na Cooperativa.

Ainda no que se refere a usos e costumes, é preciso salientar os hábitos alimentares do grupo. Enquanto estavam na Europa, os alimentos básicos eram a batata, pão, leite e seus derivados, ovos, carne, verduras, frutas, etc. Chegando ao Brasil, a alimentação foi logo substituída por arroz, feijão e mandioca, como alimentos básicos. Em segundo lugar, a carne. E entre as frutas, em geral havia só banana e laranja. Essa era a alimentação que recebiam já preparada enquanto estavam na Ilha das Flores, e depois na Hospedaria dos imigrantes de Goiânia. Muitos deles rejeitaram o arroz, feijão e certo tipo de sopa, alimentando-se apenas de pão, banana e café. Entretanto, quando tiveram que preparar eles mesmos seus alimentos na Cooperativa é que surgiram os problemas: em primeiro lugar, simplesmente não havia alimentos para todos. Passaram dificuldades incríveis.

Notei que até hoje muitas das famílias entrevistadas, seja as que ainda permanecem na área da ex-cooperativa, seja as que vivem em Goiânia, Anápolis, Brasília ou São Paulo, ainda fazem o pão em casa, da mesma forma que costumavam fazê-lo na Europa.

referindo-se aos hábitos de indumentária, os imigrantes vestiam-se à moda europeia. Casacos de lã, coletes, camisas de manga comprida, boné, chapéu de feltro, botas, etc. Mas à medida que estas vestimentas tiveram que ser substituídas, iam adotando já as roupas usadas no Brasil, bem mais leves e de material menos durável.

Sentiu algumas dificuldades no relacionamento com brasileiros, pois logo perceberam que estes viam com maus olhos a liberdade que existia entre eles no relacionamento homem e mulher. Afirmaram as Grav. E.M. e R.W., que os brasileiros em geral chamavam de "mulher sem vergonha" aquela que conversasse com um homem, sorrindo ou dando certa atenção, assim como as que usavam roupas sem mangas, com algum decote, ou que deixassem ver as pernas.

Na Polônia, por exemplo, as mulheres estavam habituadas a se banharem com trajes que deixavam as pernas desdescobertas, e não havia separação entre homens e mulheres na hora do banho de rio, de lago ou mesmo do mar, exceção feita para as saunas. Em Itaberaí, com estas mesmas vestimentas, elas eram obrigadas a tomar banho em locais de acesso bem mais difícil, no meio da mata. Somente os homens iam nos lugares melhores e mais frequentados.

A música e a dança, como já foi dito, fazem parte integrante da vida de escravos, por natureza alegres e expansivos.

Na Cooperativa faziam festas com certa frequência. Os instrumentos de que dispunham eram: um acordeão, um violino e latas com grãos de milho ou pedrinhas. Tocavam e dançavam durante muito tempo, alternando os diversos ritmos para contentar todo o grupo. Primeiro era a valsa, depois a polca, em seguida a czarda. E assim, "atendendo a pedidos", cada grupo re-

cordava sua terra, seu novo e suas tradições mas sem nutrir as esperanças de voltar à sua pátria. Apenas "matavam as saudades". No início, essas danças eram executadas ainda com trajes típicos que trouxeram de suas pátrias. Depois, com o passar do tempo, esses trajes foram se acabando e os que os substituíram já eram os usados no Brasil. (51 e 52)

Esses momentos de festa eram os únicos em que a grande maioria se reunia e procurava recordar sua terra e seu povo.

Uma senhora de origem alemã declarou, na entrevista, que alguns alemães não gostavam dessas festas, por isso não participavam delas.

Essas festas, ao mesmo tempo que uniam os imigrantes, constituíam o momento de separação, que tem lugar quando cada grupo, dos onze países, se identificava como polonês, russo, ucraniano, rumeno, húngaro, etc., em oposição aos demais.

Quanto aos brasileiros, os imigrantes julgavam-nos muito pouco dados à música e à dança. Os brasileiros não dançavam com tanta frequência como os imigrantes. E por sua vez, olhavam desconfiados para tanta festa, tanta música, com os ritmos e danças que eles não conheciam.

Para animar as festas, como não podiam adquirir vinho ou cerveja, improvisavam uma bebida alcoólica da seguinte forma: açúcar queimado com nozmoscada ao qual se acrescentava dois litros de água e um litro de álcool. Nos períodos mais difíceis não tinham comida para a festa. Preparavam apenas a bebida, por ser menos dispendiosa.

Fazia parte do hábito destes imigrantes uma certa preocupação com a aparência das casas e com o acabamento e a ornamentação, e também com seu conferto pessoal. Dispondo dos mesmos meios que os brasileiros, em alguns casos, outras ver-



Fig. 31



Fig. 32

As festas, que nos Campos ainda apresentavam inúmeros traços característicos dos costumes eslavos, descaracterizaram-se muito em Itáberai, onde era tudo impreviscido, e onde passavam por necessidades as mais diversas.

zes servindo-se de objetos trazidos da Europa tais como: toalhas de mesa, cortinas de renda, lençóis, cobertores, etc., procuravam sempre uma forma de enfeitar a casa. Isso também trouxe problemas para o relacionamento com os brasileiros. Segundo informou o Sr. Jérônimo C. Bueno, houve muitos desentendimentos por causa disso. O pessoal de Itaberaí vendo estes imigrantes colocarem nas janelas, embora de tábua ou muitas vezes sem ela, cortinas de renda, tapetes no chão, lençóis e fronhas bordadas nas caias, e toalhas sobre as mesas, reclamaram dizendo que o Governo do Estado dava a eles tanto dinheiro, que sobrava até para comprar objetos desnecessários, enquanto os brasileiros nesse ficavam sem nada.

Tanto brasileiros como imigrantes dormiam em camas que chamavam de jiraus. Era uma arruela feita de paus roliços, bem tosca, sobre os quais os brasileiros colocavam folhas de bananícias - e os imigrantes faziam o mesmo tipo de jirau só que era mais alto (cerca de 60 a 80 cm do chão) e logo faziam uma espécie de colchão: um saco cheio de palha de milho ou de canim seco. E assim, aos poucos, iam melhorando suas casas.

Essas diferenças de costumes, algumas quase insignificantes e outras mais significativas, geravam, às vezes, problemas sérios que exigiam a intervenção de terceiros para resolver o impasse. Sucedeu que um desses imigrantes era fabricante de linguiça, salames e outros produtos do gênero. Na Cooperativa, quando havia uma folga nos trabalhos da roça, fazia linguiça e levava para vender em Itaberaí. Um certo dia foi preso porque alguns brasileiros de Itaberaí descobriram que ele usava carne de cavalo em seus produtos; o que cabia perfeitamente bem dentro dos padrões e dos hábitos alimentares europeus acaba levando à cadeia o fabricante de linguiça que não compreendia a rejeição dos brasileiros ao uso da carne de cav-

lo. Foi preciso que o delegado da IRO, em Goiânia, fosse a Itaberaí esclarecer o caso ao delegado de polícia e mandasse soltar o imigrante.

Outro desentendimento se deu entre o agrônomo brasileiro que foi trabalhar na Cooperativa em fins de 1949, e os lavradores estrangeiros. Quando chegaram as batatas para o plantio, o agrônomo queria plantá-las inteiras, como aprendeu no Brasil. Já os agricultores europeus plantavam inteiras somente as batatas bem pequenas, especiais para plantação. Quando são um pouquinho maiores, com vários "olhos" como eles dizem, ela pode ser partida em tantos pedaços quantos são os "olhos" da batata, pois cada um deles dará origem a um pé de batata, e o rendimento por batata é muito maior.

O agrônomo discutiu com os lavradores, não concordando com eles. Como conclusão, os imigrantes afirmam até hoje que o agrônomo brasileiro não entendia nada de lavoura. O mesmo pode ter pensado o agrônomo a respeito dos imigrantes.

Há inúmeros outros fatos mostrando os choques de cultura e a forma de acomodação a estas diferenças, tanto de brasileiros como de imigrantes.

Apesar de todos esses problemas, aliás bastante normais num tipo de relacionamento entre povos de origens e valores culturais tão diversificados, pode-se dizer, com base nas informações obtidas através de pesquisa, que houve relacionamento relativamente bom entre o grupo alienígena da Cooperativa, os moradores vizinhos e o povo de Itaberaí, que constituem o que se denomina de sociedade envolvente.

No início, diziam também os brasileiros, a comunicação era difícil por causa da língua. Muitas vezes recorriam a gestos e sons onomatopaeicos para comprar galinhas, porcos, vacas, cavalos e outros animais.

Quanto ao pagamento, esclareceu um brasileiro entrevistado que eles foram sempre corretos e tinham crédito em quase todos os bares e armazéns da cidade. Por isso mesmo, os negociantes não exigiam assinatura de notas promissórias ou outros documentos. As vendas a prazo eram efetuadas na base da confiança mútua. Após cerca de um ano quase todos já se entendiam relativamente bem, e o comércio dos produtos da terra se intensificava. Muitos desses associados dedicavam-se, no tempo livre e nos intervalos entre o plantio e a colheita, à sua profissão real. Eram procurados como profissionais porque executavam com muito carinho a tarefa que se propunham a realizar. Disseram alguns moradores de Itaberaí que, naquela época, o trabalho deles era superior, em qualidade, ao de qualquer profissional brasileiro de Itaberaí. Até hoje indicam, em Itaberaí, o Sr. F., como sendo excelente carpinteiro.

E assim foi transcorrendo a vida do grupo, em meio a críticas, sustos, entendimentos, discussões, amizades, ora compreendidos ora incompreendidos pelos brasileiros, e pelos próprios companheiros imigrantes.

9. - EXPECTATIVAS E REALIZAÇÃO

i - Por parte dos governos: Federal e Estadual

Quais as expectativas do Governo de Goiás ao trazer para este Estado os imigrantes? Que é que se esperava deles?

Já foi explicado que se esperava, com muita segurança, que o imigrante iria introduzir novas técnicas na lavoura, transmitindo ao lavrador brasileiro uma série de conhecimentos agrícolas, hábitos e costumes alimentares que certamente iriam contribuir para fazer subir o nível e a qualidade de vida do nosso lavrador, melhorando, dessa forma, a produção agrícola do Estado e consequentemente sua economia.

Em discurso do Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, por ocasião da abertura da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, lê-se: "A prática indica-nos que cada família colocalada no país, em área agricultável e assistida pelos meios essenciais à produção, devolverá no primeiro ano de sua plena atividade e ambientação, um valor igual ao custo total de sua radicação. Não há, portanto, limitação financeira para a inversão numa migração que, para ser efetiva e atender aos reclamos da Nação, deverá ser maciça. Não vemos qualquer contraindicação na emissão, em massa, de títulos de colonização, a serem resgatados a longo prazo pelos próprios novos adquirentes de fazendas em nosso país. Não vemos por que não enfrentar o problema e resolvê-lo de modo definitivo.

Dêmos recursos e, em curto prazo, completaremos a nossa primeira etapa de doze mil famílias. E prosseguiremos, porque mais são requisitadas por um Estado que, rendendo setenta milhões de cruzeiros poderia arrecadar vários bilhões em poucos anos, mediante a recuperação de seus próprios filhos e

a introdução de novas famílias de outros Estados e de outros países". (61)

São inúmeras as referências às grandes vantagens do imigrante para o desenvolvimento da agricultura no Centro-Oeste. Inclusive foi esse o argumento mais forte e mais usado para convencer os próprios brasileiros a primeiramente, aceitarem a imigração, pois em certos meios, a resistência em receber imigrantes estrangeiros sempre foi muito grande; e também a colaborarem com a mesma, inclusive no sentido de facilitar a burocracia no que se refere não só a autorização para entrar no país, como também a todos os outros documentos e licenças que o imigrante deveria obter para se instalar definitivamente no Brasil.

Outra, porém, foi a realidade.

Como já expliquei neste mesmo trabalho, o Brasil dava preferência, em primeiro lugar, aos agricultores, e em segundo lugar, aos técnicos. Mas para empregar um técnico era muito mais difícil do que um agricultor. Como os deslocados de guerra estavam com seis a nove anos de vida nos campos, primeiro de prisioneiros, depois de deslocados de guerra, e o que mais desejavam era ter novamente sua casa e poder começar a trabalhar como antes o faziam, todos se declararam agricultores. O desejo de sair da Alemanha era maior do que tudo. E vieram mesmo dispostos a enfrentar o trabalho da lavoura.

Tanto entre os que foram para a Cooperativa, como entre os que se empregaram com particulares nas fazendas, havia pessoas que exerciam antes da guerra profissões totalmente

(61) Discurso do Sr. Jerônimo Coimbra Bueno por ocasião da abertura da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização realizada em Goiânia de 30 de abril a 7 de maio de 1949.

alheias à agricultura, embora fossem filhos de agricultores.

Podem perceberam alguns fazendeiros que seus empregados nada entendiam do trabalho agrícola. Já na Cooperativa o fato de alguns não conhecerem as técnicas agrícolas dilui-se no conjunto, porque os que não eram realmente agricultores estavam trabalhando com quem conhecia as técnicas agrícolas, e os poucos iam aprendendo como trabalhar no campo.

O problema mais sério foi nas fazendas. "Quanto à capacidade profissional é enorme a nossa desilusão. Acreditávamos que o imigrante livre, em épocas normais, suplante em conhecimentos o nosso campônio, porém com o DP a situação é bem diferente"...

"... O contrato foi rescindido por desconhecimento completo do imigrante dos mistérios da lavoura; o imigrante não sabia sequer ao menos ordenhar uma vaca". ...

"... Outros casos típicos existem e que achamos também oportuno fazer menção; um deles é o fato de que os mesmos desconheciam por completo o cultivo dos produtos da nossa lavoura; tais como arroz, feijão, etc. chegando mesmo a ponto de exigirem cuidados para não usarem como alimentação o tubérculo conhecido vulgarmente como "mandioca braba", fato verificado com os cooperados de Itaberaí, os quais, também, chegaram ao ponto de cozinhar cana para comer.

Em Rio Verde, pretendiam plantar sementes de mandioca, quando o mais ignorante de nossos campões sabe que tal prática é impossível, pois a mesma não produz por esse processo. (62)

Os fatos acima mencionados e, mais ainda, o desconhe-

(62) Este fato se deu na Colônia da CITAG, de imigrantes italianos.

cimento completo das nossas épocas de plantio e colheita, nosso tipo de gado etc., coloca evidentemente o imigrante em condições de inferioridade perante o nosso lavrador, servindo ainda como alvo de crítica e chacota.

Muito embora reconheçamos possuírem os mesmos vastos conhecimentos sobre agricultura mecanizada, devemos entretanto admitir que a nossa lavoura ainda não atingiu o grau de progresso a que estão habituados; é mesmo impossível pretendermos uma mecanização instantânea da nossa lavoura, pois que um ligeiro repasse nas estatísticas de produção de tratores e máquinas para a lavoura, em geral, nos mostra que países bem mais adiantados do que o nosso e produtores destas máquinas ainda deixam bastante a desejar em matéria de lavoura mecanizada.

Além do tipo de imigrante agricultor acima referido, é bastante elevado o número dos que aqui chegam como lavradores, mas que na realidade possuem profissões diferentes, tais como: mecânicos, carpinteiros, rádio-técnicos, caldeireiros, fundidores, fresadores e até mesmo cozinheiros, doceiros e motoristas.

Facilmente se comprehende os resultados nefastos do encaminhamento desta gente à lavoura, depois de afirmarmos ao fazendeiro tratarem-se de verdadeiros técnicos em agricultura". (63)

Diante do que acima se relatou comprehende-se facilmente a deceção com os imigrantes por parte do governo e do povo goiano.

Esperavam excelentes técnicos agrícolas. Vieram al-

(63) Cópia do documento: exposição de motivos do Sr. Luís Sampaio Neto ao Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, datado de 30 de junho de 1949.

uns bons agricultores. E mesmo os bons agricultores tiveram suas dificuldades. Faltou a preparação dessas pessoas, para que pudessem se adaptar ao Brasil, conhecer os principais produtos agrícolas, técnicas de plantio dos mesmos, o calendário agrícola etc.

O pessoal técnico que elaborou o plano de produção para o primeiro ano teve também uma realidade diversa daquela que esperava.

Para melhor compreensão, transcrevo aqui parte deste plano:

"Este comprehende o primeiro ciclo vegetativo de Setembro de 1949 até Abril de 1950.

Durante este período os agricultores em parte cultivarão o seu lote de 2,5 Ha na aldeia agrícola e durante os dias que prestará serviços para a Cooperativa trabalhará juntamente com os companheiros em lavouras que são executadas em trabalho conjunto (sómente no primeiro ciclo) em partes de terreno que mais facilmente se prestam para uma cultivação e aração imediata. Estas áreas dão preferência roças já existentes, roças antigas e abandonadas, pastos aráveis em antigas zonas de matas e outras zonas que tenham terras suficientemente boas e não precisam ser desmatadas. Sómente depois de ter cultivado estas áreas mais facilmente cultiváveis é que será dispensado energia para a derrubada de matas.

PRODUÇÃO MÍNIMA DO 1º ANO

Considerando apenas o número de sócios de 100 e a área que poderá ser cultivada sem trabalho de derrubada de matas e suficientemente boas, no Núcleo Inicial da Fazenda Maria Alves e Campo Alegre:

PRODUÇÃO VEGETAL DO PREDIO AG

NOS LOTES	ÁREA CULTIVADA	SAIVA		SAIVA MERC.		CULTURA
		Parcial	Total	Parcial	Total	
1/2 TE ALBÉIA	1/2 HA	50,00	1.000	10,00	200,00	TRIGO
Idem	1 HA	100	2.400	260,00	4.200	AZOREZ
Idem	1/2 HA	50	1.000	100,00	1.500	CARNAU
Idem	1/4 HA	Manioca para próprio uso e ser resultado no 1º ano				
Idem	1/4 HA	Bortaliga para próprio uso e alimentação própria				
CUTS. COLETIVA	-	60 HA	--	120,000	240,000	ARROZ
Idem	-	5 HA	--	--	100,000	Exist. CIMA de AGUE.
IMPORTÂNCIA TOTAL		--	--	--	1.220,000 CR\$	

Nota: O plano acima, que significa o mínimo, e no qual formam citados os produtos que darão uma renda à cooperativa poderá servir para levantamento de crédito junto ao Banco do Brasil. Com este crédito poderiam ser adquiridas as máquinas para a lavoura, além das máquinas já disponíveis. Com este conjunto haverá uma produção maior.

Levantando um crédito de apenas 60% sobre a importância acima, isto é, a soma de 720.000,00 cruzeiros seria possível adquirir estas máquinas indispensáveis..." (64)

A ecceção desses técnicos teve duas causas:

a) nem de longe a produção da Cooperativa atingiu o total em quilos previsto na tabela acima;

b) por um lapso qualquer, o valor do saco de arroz, Cr\$ 160,00 constante nessa tabela, foi calculado com base no preço atingido pelo produto nos centros comerciais tais como: São Paulo e Rio de Janeiro. Era muito grande a defasagem entre o preço de venda do produto na Cooperativa ou na cidade de Itaberaí, e o preço do mesmo produto em Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro. Naquela época o preço de compra e venda do saco de arroz, em Itaberaí, variava de Cr\$ 30,00 no período da safra a Cr\$ 50,00 na entressafra. (65) Para que este mesmo sa-

(64) Cooperativa Agro-Pecuária de Itaberaí, Programa de trabalho e Plano de Produção para o Primeiro Ano, cópia do documento datilografado, pp. 2 e 3.

(65) "Mais um fato impressionante para documentar a crise de transportes no país, transmitido por um telegrama de Goiânia: os produtores de arroz do município de Iporá são obrigados a vender a 21 cruzeiros o saco de arroz, e ainda assim sem grande procura. Essa queda de preços é atribuída unicamente a falta de escoamento para a safra, pois o frete de um saco até os centros consumidores está sendo cobrado à razão de 50 cruzeiros.

co de arroz passasse a valer Cr\$ 150,00 ou Cr\$ 160,00 (66) era preciso que fosse vendido em São Paulo e não em Goiânia ou cidades vizinhas.

Como os imigrantes não contavam com qualquer meio de transporte, só podiam vender seus produtos na própria Cooperativa ou então em Itaberaí, para onde os enviavam em carroças. Nunca tiveram oportunidade de vendê-los por preços altos, nos grandes centros comerciais.

Mesmo que a quantidade de produtos se aproximasse bastante do total previsto no plano de produção do 1º ano, o resultado das vendas nunca atingiria nem a metade do total previsto, avaliado em Cr\$ 1.220.000,00.

Cai por terra, a partir desta constatação, a possibilidade de reinvestir, logo no início do 2º ano, Cr\$720.000,00 em máquinas, combustível, sementes, adubos, etc.

Segundo relatório dos próprios imigrantes, a colheita média, por família foi a seguinte, no final do 1º ano de trabalho:

arroz - 10 sacos

milho - 05 sacos

Difícilmente se poderia conceber maior anomalia econômica: o valor do frete é mais de duas vezes superior ao da mercadoria. Como meio de acabar com a produção agrícola, não há outro mais eficiente. Aplicado em todo o território nacional, não tardaria a liquidar todas as lavouras. Mas há que ressaltar outro contraste: enquanto o agricultor goiano é obrigado a entregar o arroz a 21 cruzeiros o saco, o consumidor carioca paga o quilo a 7 cruzeiros e 50 centavos nas feiras livres. Quase pelo mesmo preço exportamos para o exterior algumas toneladas nos primeiros meses do ano corrente. E é de notar que raramente qualquer outro produto alcança cotação igual nos mercados interno e externo."

"O eterno problema dos transportes", O Jornal, Rio de Janeiro, 07.07.1950, p. 04.

(66) "Aquisição pelo Banco do Brasil das próximas safras", O Jornal, Rio de Janeiro, 18.05.1949.

feijão - 02 secções (67)

Observando-se esses dados, torna-se evidente a discrepancy entre as previsões técnicas e a realidade naquelas terras empobrecidas, do município de Itaberaí. (68)

Se houve tais deceções por parte dos brasileiros, também os imigrantes viram suas expectativas não correspondidas no Brasil. A grande maioria deles foi seduzida por propaganda feita pelo Brasil na Alemanha. Embora a propaganda fosse bastante discreta, atingiu de modo especial os poloneses. Dizia-se que o Brasil tinha muito interesse em receber imigrantes agricultores, dando preferência a famílias numerosas. Prometeram, de modo especial, uma propriedade e financiamentos diversos. Quando os imigrantes se viram, em Goiânia, tendo apenas como alternativas ir para a Cooperativa, trabalhar à meia hora para fazendeiros ou empregar-se em alguma firma em Goiânia caso tivessem competência profissional para isso, alguns ficaram profundamente abalados, e escreveram uma carta para a I.R.O. A carta, que transcrevo, mostra como 48 famílias se sentiram em Goiânia. - "Goiânia 11/3/40, à I.R.O., Brasil. Os abaixo-assinados, DPs (48 famílias num total de 193 pessoas) solicitam a intervenção das autoridades competentes na sua situação que não pode ser mais retardada:

O Consul Brasileiro na Alemanha Sr. Ubatuba, prometeu e recebeu-nos como agricultores para o Brasil de acordo

(67) Relatório do 19º ano de atividades da Cooperativa, redigido e assinado pelo Sr. Erich Brenner, em 26.05.1950.

(68) Ao fazer esse levantamento de preços procurei apenas o do arroz por ser o principal produto da região, e que certamente constituiria o elemento básico produzido naquela Cooperativa. O valor dos demais produtos acompanhava, de certo modo, as altas e baixas do arroz. O feijão era raro ~~em grande~~, e precisava-se em pequena quantidade.

com as seguintes condições e sorvendo quanto as mesmas nós
decidimos vir para o Brasil:

1. Cada chefe de família receberia do Governo Brasileiro
um pedaço de terra como propriedade; este lote recebido como
propriedade deveria ser pago ao Governo Brasileiro pelo pro-
prietário em alguns anos em prestações anuais.

2. O Governo Brasileiro concederia um empréstimo, para
cada colono para comprar as máquinas necessárias e gado nas
seguientes condições:

- a) empréstimo em dinheiro para poder viver até a pri-
meira colheita;
- b) empréstimo para construir uma casa;
- c) empréstimo para comprar cavalos;
- d) empréstimo para comprar as vacas;
- e) empréstimo para comprar os borcos e as aves;
- f) empréstimo para comprar trato e o carro e os se-
mentos
- g) empréstimo para comprar a mobília e utensílios da
cozinha.

Depois o Sr. Ubáthuba sublinhou que no Brasil não se
devia utilizar a ajuda dos vários "agentes" e despachantes mas
que se fosse necessário, tratar diretamente com o Governo. Po-
risso é que não queremos conhecer agentes nem conselhos nem
queremos "cooperativas"; já temos experiência de cooperativas
no leste da Europa; foi por este motivo que fugimos de lá.

Como já foi mencionado vieram para o Brasil devido às
promessas do Sr. Consul e da IRO como futuros colonos, futu-
ros proprietários de terra onde podíamos trabalhar por conta
própria depois de ter pago o empréstimo.

Nunca pessoa alguma nos falou que deveríamos tra-

lhar como lavradores nas terras dos fazendeiros, porque tínhamos essa possibilidade também na Europa e em condições melhores que no Brasil.

Não sabemos quem é culpado; temos a impressão que são os fazendeiros que com as suas relações fizeram tudo para que nós não recebemos a terra como proprietários, mas que sejamos forçados a trabalhar nas fazendas com salários de 500 cruzeiros por mês ou na base de 50% de lucro líquido.

Nessas condições, depois de 2 ou 3 anos seríamos forçados a mendigar porque com esse salário ninguém pode viver com a família e qualquer tentativa de economizar dinheiro para a velhice seria falha.

Não vimos para o Brasil para trabalhar para os fazendeiros; vimos para trabalhar da terra própria, para sermos donos de um pedaço de terra com lucro próprio e para a Grande República do Brasil e dar ao Brasil nossa experiência e nossas forças pela hospitalidade recebida. Não queremos ser quasi escravos dos ricaços fazendeiros.

Temos notícias de que o acordo que a IRO fez com o Governo Brasileiro foi nesse sentido: de que os DPs, recebessem terra do Governo e ajuda no princípio.

Não compreendemos porqué somos obrigados a ficar durante meses e meses na Hospedaria e esperar para ser organizada a "cooperativa" e não colonias para nós.

De outra parte várias pessoas fazem tudo para nós ficarmos semi-escravos dos fazendeiros.

É estupendo que o Governo e a IRO, no Rio de Janeiro não saibam nada de que se passa em Goiânia.

Solicitamos que a IRO organize um inquérito para esclarecer a nossa situação em Goiânia, porque não podemos esperar misericórdia na Hospedaria.

Se brevemente não recebermos o que o Consul nos prometeu pedimos nos mandar de volta, porque a culpa não é nossa mas simente do Governo Brasileiro.

Seguem 30 assinaturas com o número de membros da cada família".

Esses imigrantes não tinham conhecimento das dificuldades que o próprio Estado de Goiás vinha atravessando por causa da falta de verba e de todo o desentendimento entre órgãos federais ligados à imigração; entre os órgãos estaduais e secretarias diversas e entre os partidos políticos. Evidentemente todos esses problemas refletiam-se nos trabalhos relativos ao imigrante, muito embora os responsáveis pela imigração em Goiás dispencessem os maiores esforços para que se solucionassem esses problemas da melhor forma possível. (69)

Nas entrevistas constatei que realmente houve promessas de inúmeras facilidades para os agricultores, feita por brasileiros na Alemanha. Chegando ao Brasil e não encontrando o que lhes foi prometido, consideraram-se enganados pelos brasileiros.

Também os que foram para a Cooperativa sabiam das promessas de ajuda por parte do Conselho de Imigração e Colonização, do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil. Para os europeus, estas promessas seriam fielmente cumpridas pelas autoridades. Nova decenção tiveram ao constatar o abandono em que se encontravam e a impossibilidade de obter qualquer aten-

(69) Todas as pessoas diretamente ligadas à imigração, funcionários do Estado, que foram entrevistados, declararam haver enviado os maiores esforços para solucionar os problemas dos imigrantes, enfrentando problemas de falta de verba, falta de veículo, salários até oito meses de atraso, e Secretarias com ná vontade de servir nos DPs e a Cooperativa de Itaberai.

lio junto às autoridades competentes, pois as duas pessoas mais interessadas na imigração para Goiás eram o Ministro Jorge Latour, que renunciou ao cargo logo em fins de 1949, e o Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, que em 1950 deixou o cargo de Governador do Estado porque pretendia se candidatar a Senador. Saindo esses dois elementos, principalmente o Sr. Coimbra Bueno, praticamente terminou a vinda de imigrantes para Goiás, e cessaram as verbas para a Cooperativa de Itaberáí.

Houve uma grande expectativa de apoio, de estímulo, de verbas. E uma realidade de abandono já no final do segundo ano, que se completou com a mudança de governo e a subida ao poder do partido de oposição ao ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno.

Após a apresentação de todos esses itens sobre a Cooperativa, abordando temas específicos da vida do grupo, cabe perfeitamente uma interrogação: como foi que se desenvolveu a Cooperativa do ponto de vista de produção e consumo? Quais os principais produtos vendidos? De que forma se fazia a divisão dos lucros? Como se organizou a Cooperativa?

Retomemos as diversas etapas da formação da Cooperativa no Rio de Janeiro e em Goiás. Na Ilha das Flores foi feita uma abordagem inicial sobre a possibilidade de criar uma Cooperativa em Goiás. Surgiram os primeiros interessados. Foi elaborado no inicio um Estatuto,⁽⁷⁰⁾ redigido em alemão. Em Goiânia, na Penitenciária, constituiu-se oficialmente a Cooperativa, e os Estatutos foram definitivamente aprovados. Adquiriram-se as terras em nome da Cooperativa com financiamento da Caixa de Crédito Rural Cooperativo, e permaneceram hipotecadas até que os interessados pagassem sua parte junto à Caixa de Crédito Rural. Foi comprada toda a área destinada à Cooperativa, e posteriormente esta foi loteada, sendo destinada uma área para cada família. Receberiam escrituras de tantas áreas quantas fossem as famílias, quando todas as famílias liquidassem seu débito junto à Caixa de Crédito. E, realmente, receberam, mas só em 26 de novembro de 1958 é que o advogado representando a Caixa de Crédito Rural Cooperativo foi a Itaberaí para resolver o caso com os associados. (70) Entre dezembro de 1958 e fevereiro de 1959 foi resolvido o problema das escrituras, e cada família teve em mãos sua escritura definitiva. Em 27 de outubro de 1959 houve ata dizendo que ficava extinta a

(70) Livro de Atas da Cooperativa, p. 27.

"cooperativa porque ninguém mais queria ser presidente. (71)

No primeiro ano houve alguns trabalhos em comum, mas a divisão do mesmo era feita por nacionalidade. Por exemplo, os russos iam para a serraaria, os poloneses derrubavam mata, etc. Fisso um polônés que eles conseguiram a ficar aborrecidos com essa divisão porque os poloneses é que ficavam sempre com o trabalho mais difícil e mais pesado. (72)

Esse período de trabalho em comum durou pouco tempo. Existiu somente por ocasião da chegada do grupo, quando precisaram limpar toda a área residencial, abrir estrada, limpar as roças velhas. Uma vez preparada a área a ser cultivada, que era uma área contínua, ela não foi plantada por todo o grupo, para depois fazer uma colheita única e utilizá-la de acordo com as necessidades. Cada família recebeu sua faixa de terra. Às vezes dois lavradores trabalhavam juntos em duas faixas de terra vizinhas. Mas a colheita era dividida exatamente pelos dois, e media-se o produto por baldes. Nos primeiros tempos não possuíam sacos para colocar o arroz. Desde o início notou-se uma grande resistência ao trabalho em comum. Cada família fez seus adobos e construiu sua casa. Na fabricação das telhas, houve um esforço maior do grupo em conjunto, pois viam que a cobertura de palha que haviam feito não era suficiente para protegê-los das chuvas. Então trabalharam juntos na fabricação das telhas.

Depois, quando precisavam comprar alguma coisa em Taberaí, cada interessado devia ir pessoalmente fazer suas compras. O mesmo se verificou com a venda dos produtos. Cada família cuidava de vender sua produção com enorme esforço. Quan-

(71) Idem, p. 22v.

(72) Dado de entrevista.

do não tinham ainda animais no primeiro ano, levavam tudo nas costas até Itaberá, vendendo a pé 10 Réis e aí vendiam seus produtos, muitas vezes abaixo do preço real como afirma o Sr. S.E., e compravam o que necessitavam.

Nunca, por exemplo, existiu a seção de compras em comum, que deveria adquirir e trazer para a Cooperativa tudo o que fosse necessário ao exercício da profissão de seus associados, nem a seção de venda em comum da produção, ambas previstas nos Estatutos da Cooperativa, artigo 11º, itens I e II.

Fizeram algumas tentativas de comprar por atacado em Goiânia os produtos de que necessitavam, quando dispunham do caminhão. Depois que ficaram sem ele, limitaram seu comércio, para compras, apenas a Itaberá e para venda, Itaberá e Colás, e esse transporte se fez em carroças.

Embora os Estatutos tivessem sido aprovados em assembleia, permaneceram ignorados. Lendo-os, torna-se evidente que, para se colocar em prática o que ali se previa era indispensável que existisse verba suficiente. E o pouco que receberam não foi utilizado como capital da Cooperativa mas distribuído às famílias na base de Cr\$ 7,00 per capita.

Nas entrevistas sempre disseram que o que eles desejavam era possuir novamente sua terra e sua casa. Aceitaram o regime cooperativo porque ele lhes traria certas vantagens, como facilidade de obtenção de verba, empréstimo de máquinas etc. E esta Cooperativa, em especial, proporcionaria a seus associados a propriedade das terras a partir do momento em que liquidassem a dívida com a Caixa de Crédito Rural Cooperativa. Foi esse o único aspecto da Cooperativa que realmente interessou aos imigrantes.

Foram os seguintes os motivos pelos quais os associados rejeitavam qualquer idéia de trabalho em comum: sabiam que

nenhuns eram lavradores. Portanto, o rendimento dos lavradores seria muito maior que o dos demais não lavradores. Se fizessem uma roça comum, por exemplo, os lavradores de profissão iriam trabalhar muito mais que os outros, que não tinham prática alguma. "Os outros que não eram de lavoura iam encostar na gente", disse um deles.

Se cada um fizesse a sua roça nas vendessas a produção em comum, na hora de distribuir o valor obtido na venda, havia duas alternativas: ou dividir pelo número de famílias que plantaram - e aí os que produziram pouco receberiam o mesmo que os que produziram mais, gerando insatisfação por parte dos melhores lavradores, ou dividir conforme a quantidade produzida - e então, os que produziam menos, passariam necessidade.

Como as terras já eram fracas e produziam pouco, mesmo para os melhores lavradores, nunca pensaram na possibilidade de haver outra fórmula de comercializar a produção. Cada um cuidava de si e de sua família. O mesmo se dava em relação às compras, como expliquei.

Ainda em relação às restrições do grupo e atividades em comum, tenho mais dois dados fornecidos em entrevista. Quando estavam construindo os primeiros ranchos provisórios, alguém deu idéia de fazerem uma cozinha comum, para alimentar todo o grupo. Reagiram logo à idéia, chamando seu autor de comunista. Embora não tivessem nem o rancho pronto, cada mulher teve que fazer a comida para sua família, desde o primeiro dia.

No decorrer do primeiro ano, um homem brasileiro que visitou a Cooperativa, e viu que ela não era realmente organizada de acordo com as orientações cooperativistas, explicou em seguida como é que devia funcionar uma cooperativa. Também o que ele disso desagradou os imigrantes, e não deram a menor

atenção a suas palavras.

Viveram, até o final, tendo cada família o seu rancho, a sua terra, cuidando de sua lavoura e dos animais, vendendo seus produtos e comprando o que a família necessitava.

A respeito da Cooperativa diziam: "já temos experiência de cooperativas no leste da Europa, foi por este motivo que fugimos de lá". (73)

Para elas, traumatizados pelas violências da guerra, depois de terem visto suas pequenas propriedades transformadas em kolkhozes, houve uma identificação entre cooperativa e kolkhoz, e a rejeição por ambos foi idêntica.

Por isso, nunca se organizaram sob a forma de cooperativa. Não houve qualquer estímulo para isso, dentro do próprio grupo.

Esta experiência cooperativista que na época teve tão grande repercussão, tanto no nível nacional como internacional, e hoje é um tema praticamente desconsiderado e ignorado na História do Estado de Goiás, merece ser estudada com a máxima objetividade, procurando-se ver clareza os fatos relacionados com a origem da cooperativa, sua existência, e seu fracasso.

Teria este projeto condições de êxito, ou já constituiu, em si, uma experiência destinada ao fracasso?

Anesar de ser uma cooperativa situada no Estado de Goiás, isto não significa que independia de órgãos federais. Muito pelo contrário, como expliquei no capítulo III item 3, de acordo com o gráfico (Pág. 006) relativo ao desenvolvimento e manutenção da mesma, ela dependia muito mais da participação e colaboração de órgãos federais do que propriamente dos estaduais, participação a um nível tal, que, falhando um só desses elementos, toda a experiência falharia. Isso era evidente.

Agora, vejamos em que condições se encontravam os órgãos federais responsáveis pela imigração, qual a política imigratória então adotada, e que possibilidades tinham de se ocupar com a Cooperativa de Itaberá. Como se lê em "O Jornal":

"... Outros técnicos com os quais palestrantes foram nômades em nos declaravam não existir um plano para a imigração no Brasil, mas estavam sendo feitas sei que sejam conhecidas, principalmente, as verdadeiras necessidades do país, nas diversas regiões".

.... Poderiam, no entanto, que as verbas concedidas

são insuficientes para qualquer trabalho satisfatório. A irrisão e a desordem dessas verbas prejudicou grandemente a imigração no biênio 47-48".

"... Destacaram também a mais completa desarticulação entre os ministérios públicos ligados à imigração". (74)

Mas foi em "O Estado de S. Paulo" que encontrei, com maior precisão, informação a respeito desses órgãos:

"Com toda razão afirmou-se que o problema imigratório está completamente à margem de todas as cogitações governamentais. Em parte, tal se deve ao grande número dos órgãos encarregados de tratar dos problemas imigratórios, verificando-se que "perto de uma dezena de departamentos quase autônomos, sem ligação íntima entre si, sem subordinação a determinado órgão ou ministério, interferem no problema e se consideram, na utilidade e importância de serviço, com prioridade na iniciativa de certas medidas administrativas".

A lista incompleta dos órgãos governamentais encarregados de diferentes aspectos da política imigratória é a seguinte:

- 1 - Departamento de Terras e Colonização, que trata dos lotes coloniais (Ministério da Agricultura);
- 2 - Departamento Nacional de Imigração, que cuida da recenseação de imigrantes, de sua hospedagem, do registro de sua chegada ao País ou de sua saída (Ministério do Trabalho);
- 3 - Diretoria dos Estrangeiros, à qual o registro de permanência do estrangeiro está sujeito (Ministério da Justiça);
- 4 - Polícia Marítima, que exerce fiscalização dos es-

(74) *Estado de São Paulo*, 1948, p. 102.

trangeiros nos portos;

5 - Belagacia dos Estrangeiros (Departamento Federal de Segurança);

6 - Conselho de Imigração e Colonização;

7 - Divisão de Passaportes (Ministério das Relações Exteriores).

Esse grande número de representações incumbidas de resolver problemas relacionados com a política imigratória faz que cada um se sinta "dono" de todo o assunto". (75)

E continua ainda o mesmo artigo referindo-se especificamente ao Conselho de Imigração e Colonização. É preciso esclarecer aqui que no ano de 1948 até agosto de 1949 era presidente desse órgão o Ministro Jorge Latour. Sendo uma pessoa muito ativa e interessada nos problemas da imigração de apóis guerra, fez o possível para dinamizar o processo imigratório dos europeus, vítimas da II Grande Guerra, para o Brasil. Characterizando-se, entre outras coisas, por ser inimigo de grandes delongas resultantes de exigências burocráticas que só faziam retardar as decisões daqueles órgãos com relação à autorização para o imigrante entrar ou não em nosso país. Já seu sucessor, Dr. Dulpho Pinheiro Machado, decidiu não resolver nada por conta própria. Cada processo deveria passar pelos treze Conselheiros e ser aprovado por eles para que fosse deferido.

"O pior e mais retrôgrado de todos esses organismos é, porém, o Conselho de Imigração e Colonização, o principal órgão antiimigrantista do país. O processo burocrático de seu funcionamento é algo de grotesco. Assim, cada um dos treze

(75) "O Segredo e o Departamento Nacional de Imigração e Colonização", O Estado de São Paulo, São Paulo, 24.08.1950.